

Ataque às florestas

Os movimentos ambientalistas estão se preparando para mobilizar a opinião pública nos próximos 20 dias para tentar conter a manobra das forças ruralistas no Congresso Nacional e evitar que consigam desvirtuar o texto do novo Código Florestal e abrir brechas absurdas para a continuidade da destruição do que ainda resiste de cobertura de florestas no território brasileiro.

A manobra foi armada por meio do relatório do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) ao projeto de conversão da MP sobre o assunto, editada há um ano por influência do Conama. Se o parecer for aprovado, o índice de devastação na Amazônia poderá ser elevado para 80%: o deputado estabelece que os Estados poderão fixar em apenas 20% a área a ser preservada se, três anos após o novo Código entrar em vigor, não tiver sido concluído o zoneamento ecológico da região.

O relatório acaba ainda com a obrigação de os proprietários de terra providenciarem o reflorestamento de parte da Mata Atlântica e cria condições para que o pouco que sobra desse tipo de cobertura florestal no Brasil continue sendo devastado. A mesma licença para devastar atinge a zona dos cerrados. A votação da proposta de Micheletto está prevista para o dia 30 na Comissão que analisa a MP.

Essa não é a primeira vez que ruralistas e

madeireiros tentam essa jogada. E sempre em ocasiões especiais, quando, enfrentando algum tipo de dificuldade política, o governo fica mais "sensível" aos "argumentos" de sua base. Em maio passado, quando o Congresso discutia o aumento do salário mínimo, Micheletto apresentou a mesma proposta. A reação dos ambientalistas e da sociedade levou FHC a editar a MP em vigor e a aguardar hora melhor para votar o Código. Os roedores voltaram agora ao ataque de olho nas pressões para a instalação da CPI da Corrupção, uma boa chance para chantagear FHC.

De novo, a sociedade precisa ficar alerta para que um bem tão precioso e já tão escasso não lhe seja surrupiado de vez. As pressões desse tipo, aliás, poderiam ser enormemente reduzidas se o governo e os ambientalistas, se-

guindo a experiência vitoriosa de outros países, procurassem atribuir um valor econômico à preservação das florestas, incentivando o seu uso pela população em atividades sustentáveis baseadas em turismo e esportes ligados à natureza, hoje uma indústria florescente em todo o mundo, que rende muito mais dinheiro que madeira ou agropecuária. Isso transformaria a conservação da natureza numa fonte de lucros, e não na causa de prejuízos que ela é hoje no Brasil, o que garante que a pressão pela devastação não cessará.

Aproveitando o cerco ao governo e a oportunidade de chantageá-lo, ruralistas e madeireiros tentam, novamente, revogar o Código Florestal